timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO XIII PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 134 MARÇO 1997

TRABALHO DE TOUPEIRA

A emergência na Indonésia de uma rede de organizações solidárias com o Povo Timorense é um dos acontecimentos recentes mais promissores para a resolução do problema

Um dos segmentos, porventura menos conhecido, do movimento internacional de solidariedade para com Timor Leste está situado, adivinhe-se, ... na Indonésia! Neste artigo tentar-se-à apresentar, ainda que de modo sumário, a emergente rede indonésia de organizações solidárias com a causa do Povo Timorense, bem como algumas das acções por elas desenvolvidas.

OS PRIMEIROS TÍMIDOS PASSOS

As primeiras e, compreensivelmente, tímidas acções de solidariedade materializaram-se na publicação de traduções, em língua indonésia, de panfletos vários. Na origem desta acção está uma organização clandestina, denominada Frente Islâmica para a Democracia e os Direitos Humanos na Indonésia, a qual seria, ainda, responsável pela publicação da tradução indonésia, em Novembro de 1991, da entrevista efectuada, em Timor Leste, por Robert Domm a Xanana Gusmão e, posteriormente, em 1992, pela tradução do livro *Timor Leste: Ocupação Indonésia e Genocídio*, do professor António Barbedo de Magalhães.

Foi relativamente tardia, no entanto, a consciencialização dos cidadãos indonésios para a causa de Timor Leste. Apesar da resistência timorense sempre ter tido simpatizantes na Indonésia, nomeadamente no seio das elites académicas, políticas e sindicais, o desenvolvimento, na República da Indonésia, de um verdadeiro movimento social de contestação à política de anexação do território só teve início, de facto, em 1991, na sequência do massacre de Santa Cruz.

Deste movimento, as organizações pioneiras foram: em Jacarta, a Frente Indonésia para a Defesa dos Direitos Humanos, o Instituto para a Defesa dos Direitos Humanos Universais e a Fundação Nova Vida; em Bandung, doze associações de estudantes oriundas de diversas universidades e institutos universitários (3 de Bandung; 1 de Bogor; 4 de Jacarta; 1 de Yogyakarta; 1 de Semarang; 1 de Solo; 1 de Surabaia), as quais decidiram coligar-se, tendo escolhido como centro operacional a Universidade Católica de Parahyangan e, em Yogyakarta, a associação de estudantes da universidade local.

A primeira acção de rua empreendida pelas três ONG de Jacarta, em prol da defesa dos direitos do Povo Timorense, traduziu-se na sua participação na manifestação realizada por 70 jovens timorenses junto à representação permanente da ONU na capital indonésia, em 19 de Novembro de 1991, em sinal de protesto pelo massacre ocorrido em Díli.

Na sequência desta manifestação, a associação de estudantes de Yogyakarta faria circular, por fax, uma petição relativa ao Massacre de Santa Cruz, na qual se solicitava ao governo que fosse reconsiderado o processo fraudulento de integração de Timor Leste na Indonésia e a realização de um referendo, sob supervisão da ONU, em que o Povo timorense pudesse manifestar, em liberdade, a sua vontade política. Quatro dias mais tarde, o grupo composto pelas doze associações de estudantes organizaria, na cidade universitária, uma nova manifestação de protesto e difundiria, por fax, uma outra petição exigindo a retirada imediata das forças armadas indonésias de Timor Leste e a garantia integral do livre direito à autodeterminação do seu Povo.

A importância destes acontecimentos, em matéria de socialização da causa timorense, foi decisiva. Com efeito, estava constituído o núcleo a partir do qual se iria expandir a rede indonésia de organizações não governamentais solidárias com a luta do Povo de Timor Leste, que, só em Jacarta, para além das ONG já referidas, compreende actualmente ainda o *Pijar*, o *Yapipham*, o Instituto Social de Jacarta e o Comité Conjunto para a Defesa dos Timorenses de Leste.

neste número:

INDONÉSIA: TRABALHO DE TOUPEIRA

AUSTRÁLIA: DORES DE CABEÇA

AINDA A SOLUÇÃO MILITAR

O *Pijar*, que, em Maio de 1992, publicaria a alegação de defesa de Fernando Araújo, dirigente da *Renetil* (uma organização clandestina dos estudantes de Timor Leste), e que, em 1995, difundiria uma tradução indonésia do relatório elaborado pelo relator especial da ONU, Bacre Waly Ndiave, aquando da sua visita a Timor Leste, de 3 a 13 de Julho de 1994, foi a primeira organização indonésia a tornar-se membro da Coligação Ásia-Pacífico sobre Timor Leste, uma importante organização transnacional de apoio à luta do Povo Timorense com sede em Manila, Filipinas. No boletim do *Pijar*, denominado *Notícias do Pijar*, é denunciada, com uma certa regularidade, a ocupação militar ilegal de Timor Leste.

A *Yapipham* e o Instituto Social de Jacarta são organizações de inspiração religiosa. Enquanto que a primeira é uma organização inter-religiosa que desenvolve trabalho clandestino no domínio da educação de activistas estudantis, tendo publicado, em 1995, um manual de formação em direitos humanos, a segunda, que iniciou a sua actividade como centro de formação em organização comunitária para noviços jesuítas, tem-se envolvido, progressivamente, na defesa dos pobres de Jacarta e da sua cintura industrial, estando, actualmente, a trabalhar com operários oriundos de Timor Leste, os quais terão sido recrutados, por iniciativa da filha mais velha do Presidente Suharto, para trabalharem em fábricas de que a família é proprietária.

O Comité Conjunto para a Defesa dos Timorenses de Leste é apoiado por quatro instituições: a Fundação Indonésia de Apoio Jurídico (*YLBHI*), uma das mais reputadas ONG indonésias, a *Elsam*, uma nova organização especializada na divulgação do sistema de protecção dos direitos humanos da ONU e na denúncia da violação desses direitos na Indonésia e em Timor Leste, o Departamento de Justiça Social do Conselho das Igrejas Protestantes e, por fim, a Conferência Episcopal. Este Comité fornece apoio jurídico e espiritual aos presos políticos timorenses que se encontram detidos em Timor Leste e na Indonésia.

A "NACIONALIZAÇÃO" DA SOLIDARIEDADE

A emergente rede de organizações indonésias de solidariedade e apoio à causa do Povo Timorense não se limita, no entanto, a Jacarta.

Em Java ocidental, às doze associações de estudantes, que, desde 1991, operam a partir da Universidade Católica de Parahyangan, juntaram-se vários institutos regionais de apoio jurídico, tais como a *LBH Ampera*, de Bogor, ou a *LBH Nusantara*, de Bandung. Em Yogyakarta, à associação de estudantes substituiu-se uma nova organização de direitos humanos, a *Lekhat*, fundada por licenciados em direito pela Universidade Islâmica da Indonésia. A *Lekhat* já publicou quatro edições da brochura *Suara Rakyat Maubere* (A Voz do Povo Maubere), a qual contém uma carta de Xanana Gusmão, escrita em Cipinang, dirigida aos grupos de solidariedade indonésios e as alegações de defesa de Aleixo da Silva, Juvêncio Martins e Xanana Gusmão.

Em Java central, em Salatiga, uma associação *ad hoc* de estudantes e professores da Universidade Cristã Satya Wacana, no início de 1995, promoveu uma forte acção de protesto contra o chamado "incidente de Liquiça" em que seis aldeões timorenses foram mortos a sangue-frio por soldados indonésios por suspeita de serem guerrilheiros. O núcleo desta associação é a Fundação *Gemi Nastiti*, que expõe, regularmente, as suas posições relativas a Timor Leste no seu boletim, denominado *Asap*. O *Asap*, em Dezembro de 1995, publicou uma entrevista a George J. Aditjondro, na qual este académico indonésio criticava as manifestações organizadas contra o Bispo Ximenes Belo, em Jacarta, bem como outros artigos relativos à tragédia de 12 de Novembro.

Em Java oriental, o julgamento de José António Neves, um estudante timorense acusado de ligações à rede clandestina, que se iniciou em meados de 1994, revelar-se-ia o catalisador regional do movimento de solidariedade para com Timor Leste. A defesa deste activista timorense seria assegurada pelo Instituto de Apoio Jurídico de Surabaia (*LBH Surabaya*) que, por imperativos de estruturação da defesa, estabeleceu vários contactos, designadamente com o Comité Conjunto para a Defesa dos Timorenses de Leste, tendo passado, desde então, a trabalhar estreitamente com activistas regionais estudantis e de direitos humanos após ter defendido, em juízo, o direito à autodeterminação do Povo de Timor Leste e a ilegalidade do próprio julgamento.

Este vasto conjunto de organizações não governamentais solidárias com a causa do Povo de Timor Leste conta, nesta matéria, com um partido político que partilha as suas preocupações e aspirações: o Partido Popular Democrático (*PRD*), uma organização política não reconhecida pelo regime. Tendo criado, em Março de 1995, uma comissão que trata especificamente de Timor Leste, designada Luta Popular Indonésia pela Solidariedade com o Povo Maubere (*SPRIM*), o PRD é o único partido político indonésio que defende, abertamente, a autodeterminação de Timor Leste.

O *SPRIM* tem como núcleo duro a Solidariedade Estudantil para a Democracia na Indonésia (*SMID*), uma organização de massas criada, em 1991, por activistas estudantis de Jacarta, Yogyakarta, Semarang, Solo e Bandung. Em 9 de Junho de 1995, o *SPRIM* e o *SMID* realizaram a sua primeira acção de rua em solidariedade com a causa timorense: uma manifestação, junto aos escritórios do organismo oficial para o acompanhamento da situação dos direitos humanos, a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (*Komnas HAM*), em protesto pela detenção preventiva de trinta jovens timorenses pela polícia de Jacarta. Posteriormente, em 1995, cinquenta membros do *SPRIM* e igual número de activistas timorenses, durante as comemorações do 12 de Novembro, ocuparam as embaixadas russa e holandesa e, por fim, em 10 de Junho de 1996, uma delegação de 75 jovens, composta por timorenses e por membros do *SPRIM*, protestaria no Parlamento Indonésio contra o assassinato de Manuel Soares por um agente da polícia de Jacarta.

Escusado será dizer que a esmagadora maioria das acções de solidariedade com Timor Leste provocaram e continuam a provocar grande número de detenções, interrogatórios e condenações judiciais dos activistas nelas envolvidos. É o caso de Wilson, que já esteve em Portugal, e que está neste momento a ser julgado em Jacarta. Mas as dificuldades e os elevados riscos que implica o facto de, na Indonésia, ser solidário com a causa da autodeterminação do Povo Timorense, atestam a vitalidade deste emergente movimento de solidariedade, a qual, no que concerne o futuro político de Timor Leste, deve ser considerada especialmente promissora.

[*Nota: este artigo foi escrito tendo como base o texto do professor George Aditjondro "Challenges and prospects of the Indonesian pro-East Timor movement", divulgado na conferência electrónica* reg.easttimor *em Fevereiro deste ano.*]

DORES DE CABEÇA

A visita que Ramos Horta fez à Nova Zelândia, no início de Fevereiro, gerou polémica naquele país e na vizinha Austrália

O périplo por várias cidades neozelandesas ficou marcado pelas declarações prestadas por Ramos Horta à comunicação social, depois de tomar conhecimento da nota de imprensa produzida pelo MNE neozelandês, Don Mckinnon, na sequência do encontro havido entre ambos. Nessa nota, Mckinnon faz uma referência a esforços de encorajamento *«à reconciliação entre as facções timorenses»* (*Reuter*, 2/2/97).

A inclusão desta referência levou Horta a acusar o MNE neozelandês de desonestidade e de esquecer *«a raiz do problema: a própria ocupação, anexação e violação dos Direitos Humanos dos timorenses»*. Este, por sua vez, estranhou esta reacção pois tinha transmitido ao dirigente timorense que *«a Nova Zelândia já não via a ocupação indonésia da antiga colónia portuguesa como irreversível»* (*Sydney Morning Herald*, 4/2/97).

A revelação pública desta posição criou, no entanto, *«uma dor de cabeça na política externa australiana»*, de acordo com uma comunicação diplomática de carácter confidencial (*Sydney Morning Herald*, 11/2/97).

O embaixador australiano na Nova Zelândia, Geoff Miller, foi instruído a apresentar as preocupações do seu governo ao MNE neozelandês. Este embaraço diplomático advém, de acordo com uma comunicação diplomática australiana para a representação em Wellington datada de 3 de Fevereiro, do facto de Mckinnon não ter informado o seu homólogo australiano da posição neozelandesa em relação *«à questão da incorporação»*. *«Assumindo que a transcrição é verdadeira, estamos surpreendidos com a falta de diálogo sobre a matéria, uma vez que Mckinnon já teve oportunidade de discutir o assunto com Downer* [MNE australiano]», refere essa comunicação. *«Se a matéria vinda a lume nos jornais for confirmada, (...)* [torna-se necessário] *registar o nosso descontentamento relativamente à falha dos neozelandeses de não nos manterem informados numa matéria que sabem ser um assunto importante para nós»*.

O representante australiano em Wellington afirmou posteriormente, numa comunicação para Camberra, que um alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros neo-zelandês, Win Cochrane, lhe tinha dito que a *«decisão em relação a Timor Leste já tinha sido tomada há algum tempo mas ainda não anunciada publicamente»*. Cochrane terá ainda dito que acreditava que a palavra irreversível era muito rígida, uma vez que a Indonésia estava ainda envolvida em discussões sob os auspícios das Nações Unidas, em relação ao futuro de Timor Leste. *«Estamos inclinados a acreditar que (...) não existe uma mudança intencional na política relativa a Timor Leste»*, afirmou Miller que acrescentou: *«Como Cochrane referiu, eles ficaram presos na sua própria ratoeira (e deram-nos ainda uma dor de cabeça)»*.

INDONÉSIA: AINDA A SOLUÇÃO MILITAR

Na vêspera do Natal de 1996 um conflito entre os Daiak, habitantes de Kalimantan Ocidental, a parte indonésia da ilha do Bornéu, e os transmigrantes vindos de Java e de Sulavesi, iniciou um ciclo de violência que explodiu nos princípios de Fevereiro deste ano com autênticas batalhas campais entre as forças do exército e os Daiak que devastaram Pontianak, a capital daquela região.

O facto de os naturais de Kalimantan serem maioritariamente de confissão católica, enquanto os transmigantes são predominantemente muçulmanos, deu um carácter religioso aos confrontos que não foi suficiente para esconder a sua raiz marcadamente económica e social.

Observadores no terreno foram unânimes em reconhecer que os Daiak têm sido subalternizados pelas autoridades e pelas grandes empresas que privilegiam nas plantações de borracha, de palmeira e de madeira, a mão de obra transmigrante. Aliás, as grandes empresas do ramo madeireiro têm estado na vanguarda da expulsão dos Daiak das suas terras, forçando-os a abandonar o seu modo tradicional de vida e empurrando-os para os enormes bairros de lata que cercam as cidades indonésias.

O caso Daiak foi o culminar de um processo de tensões de carácter aparentemente étnico, mas que não se esgotam aí nem se justificam dessa forma. Segundo fontes policiais, em 1996 registaram-se 27 conflitos deste tipo contra 8 registados em 1995 (*Sydney Morning Herald*, 23/1/97). A partir de Outubro do ano passado a situação degradou-se tendo-se registado violentos confrontos entre diferentes comunidades étnico-religiosas que abalaram as cidades de Situbondo e Tasikmalaya (Java Oriental), Rengasdengklok (Java Ocidental) e Sanggau Ledo (Kalimantam), levando à destruição de lojas e edifícios públicos, ao incêndio de igrejas e à morte de várias dezenas de pessoas.

Os analistas avisam que o sistema político não está a conseguir proporcionar uma válvula de escape para uma sociedade em rápida mutação. O crescente abismo entre ricos e pobres e o sentimento de impotência perante instituições como as forças de segurança e os tribunais, vêm transformando a rua no local de resolução das "contradicções no seio do povo". *«Têm sido tão despojados, quer economica quer socialmente, que ficaram como palha seca, facilmente inflamáveis.»* (*AAP*, 31/1/97).

Entretanto, o presidente Suharto determinou a criação de *«centros de alerta anti-motim»*, uma medida que é interpretada como *«um sinal de que o governo está determinado a procurar uma solução militar, mais do que uma solução política, para a violência crescente.»* (*Sydney Morning Herald*, 23/1/97).

IRLANDA: PARQUE TIMORENSE

Graças ao ETISC (*East Timor Irish Solidarity Campaign*) um parque de Dublin vai chamar-se "Timor Leste" (*The Echo*, 21/1/97).

A Câmara Municipal de Dublin, depois de aprovar a moção do vereador Vincent Jackson que contemplava a decisão agora tomada, vai procurar uma localização adequada para este parque.

«*Pessoas, como as ligadas à East Timor Campaign, dispendem grande parte do seu tempo e esforços, para assegurar que o Ocidente não se esqueça da luta deste povo e a criação de um parque irá assegurar a solidariedade dos irlandeses com esta nação asiática*» afirmou o vereador Jackson.

Esta decisão camarária vem na sequência da moção igualmente aprovada unanimemente pela vereação municipal de Dublin que decretou o estabelecimento de um "Vínculo de Amizade" (*Bond of Friendship*) com a cidade de Díli.

INDONÉSIA: NOVO EMBAIXADOR AUSTRALIANO...

No passado dia 3 de Fevereiro, John McCarthy, o embaixador australiano recém-nomeado para representar aquele país na Indonésia, chegou a Jacarta, pondo um ponto final a 18 meses de "querelas" diplomáticas entre os dois países (*AAP*, 3/2/97).

A aceitação do nome de McCarthy por parte da Indonésia fechou um período de tensões, decorrente do facto de Camberra ter proposto para chefiar a sua representação em Jacarta o diplomata de carreira Miles Kupa, autor de um relatório confidencial bastante crítico dos interesses económicos da família Suharto, o qual chegou às mãos dos *media*. Em consequência desta fuga de informação, a Austrália foi obrigada a retirar o nome de Miles Kupa.

... E "JULGAMENTO"

No passado dia 12 de Dezembro iniciou-se o julgamento de Mochtar Pakpahan, dirigente do sindicato independente SBSI, num tribunal de Jacarta. Esta é a segunda vez que ele é levado a tribunal pelas autoridades. Preso em Julho passado, pende sobre ele a acusação de actividades subversivas, "crime" este que, ao abrigo do sistema penal indonésio, pode ser punido com a pena de morte. Pakpahan está a ser julgado por alegadas ligações aos violentos acontecimentos ocorridos aquando da invasão militar-policial da sede do PDI em 27 de Julho.

Durante a sessão que decorreu no dia 12, ficou claro que o juiz adstrito a este processo, Jazuli Sudibyo, não facilitará o papel da equipa de defesa, constituída por juristas indonésios de renome, como Bambang Widjojanto e Adnan Nasution.

Nesta primeira sessão do julgamento, o juiz ordenou que os advogados de Mochtar apresentassem a sua carteira profissional, autorizando-os a actuarem como causídicos, facto que só foi possível a dois dos elementos da equipa tendo aos outros sido pedido que abandonassem a sala de audiências.

«*É normal que pessoas que guiem tenham carta de condução, portanto os que não têm carteira profissional têm de sair*» explicou o juiz. A equipa de defesa não tolerou esta atitude e repudiou o facto de ser comparada a «*violadores de normas de condução automóvel*». Depois de alegações de parte a parte, ficou decidido que a defesa apresentaria mais tarde o documento pedido.

A sessão não terminaria sem que a acusação tivesse solicitado que Bambang Widjodanto testemunhasse perante o tribunal relativamente à matéria em julgamento. Bambang apresentou um vivo protesto e recusou, com base no código criminal indonésio, o pedido da acusação.

Na sequência destes acontecimentos a equipa de advogados de Mochtar pediu a substituição do juiz encarregue do processo, invocando que «*de forma intencional ou não, o juiz violou o Código de Procedimento Criminal e o Código de Ética dos juízes*» durante a sessão de 12 de Dezembro, a qual foi seguida por representantes da Comissão Internacional de Juristas, da Confederação Internacional de Sindicatos Livres e por representantes de várias missões diplomáticas em Jacarta (*AFP*, 31/1/97).

O julgamento tem suscitado críticas internacionais, nomeadamente a nível de países da UE e dos EUA, tendo dirigentes sindicais de vários países levado a cabo uma ruidosa e participada manifestação em frente à embaixada indonésia em Washington (*AFP*, 5/2/97). «*Pakpahan é um dos mais brilhantes dirigentes do nosso tempo*» afirmou o chefe da Federação Americana do Trabalho e do Congresso de Organizações Industriais (AFL -CIO) no decorrer da manifestação, tendo esta organização lançado uma campanha para a libertação do sindicalista e de outros activistas sindicais indonésios.

BRASIL: *OUTDOORS* EM ACÇÃO

No final do ano passado, o grupo paulista de solidariedade "Clamor por Timor", levou a cabo, com o apoio da Arquidiocese de S.Paulo e de publicitários locais, uma campanha de solidariedade com o povo timorense baseada em *outdoors*.

Esta é, provavelmente, a primeira grande acção destinada à população paulista de divulgação da causa timorense, já que o painel publicitário, disperso pela cidade, além de localizar geograficamente a ilha de Timor tem um breve historial da questão e apela à solidariedade dos brasileiros.

Com o mesmo tipo de *design* planeado para o painel, foram feitas *T-shirts* e autocolantes para venda ao público.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-2ª E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org; URL: http://cygnus.ci.uc.pt/~cdpm/index.htm
IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317